

## **Educación Física como tecnología política dos corpos: governamentalidade biopolítica no Brasil e na Colômbia**

Jorge Andrés Jiménez Muñoz. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias. Instituto de Biociências de Rio Claro- UNESP. [Andresjm\\_61@hotmail.com](mailto:Andresjm_61@hotmail.com)

Carlos José Martins. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias. Instituto de Biociências de Rio Claro- UNESP. [Carlosjmartins@hotmail.com](mailto:Carlosjmartins@hotmail.com)

### **Resumo**

Assumindo a perspectiva analítica da governamentalidade problematizamos a inserção da Educação Física como uma área de conhecimento nas Ciências da Saúde no Brasil e na Colômbia através das suas instituições gestoras de políticas científicas. Para além de dilemas epistemológicos, propomos algumas reflexões sobre que tipo de racionalidade governamental está por trás dessa locação nessa grande área e não na grande área das Ciências Humanas, a qual, localizada na Educação, encontra uma inserção histórica e social mais significativa. Através de uma atitude problematizadora, pretendemos analisar os nexos de saber-poder que produzem as condições de implementação dessa racionalidade política e a sua efetivação tecnológica nos seguintes planos: a) Nas políticas científicas estabelecidas por instituições governamentais em ambos países; b) Na Educação Física Escolar, compreendida no interior da discursividade de uma série de reformas governamentais como a “Reforma do ensino médio” no caso do Brasil e o “Plano de desenvolvimento 2018-2022” na Colômbia. Desta forma nossa hipótese de análise busca explorar como vem se disseminando uma tendência de governamentalização biopolítica por parte destas agências que investe a Educação Física como tecnologia de condução das condutas para ampliar seu campo de ação e atingir os corpos no interior do campo escolar.

**Palavras chave :**Neoliberalismo-Política pública- Governamentalidade- Biopolítica- Educação

## Introdução

Na atualidade, países como Brasil e Colômbia concebem a Educação Física, através das suas instituições gestoras de políticas científicas CAPES<sup>1</sup> (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior - Brasil; que desenvolve atividades de classificação das áreas de conhecimento no Brasil no intuito de avaliar programas de Pós-graduação assim como a disponibilização de políticas de financiamento de pesquisas, tais como bolsas de estudo no país e no exterior no nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado, entre outras funções. Por sua vez, na Colômbia, o COLCIENCIAS<sup>2</sup> (Departamento Administrativo de Ciência, Tecnologia e Innovación; é a entidade governamental encarregada da formulação de políticas científicas do Estado Colombiano, assim como a disponibilização de bolsas de estudo no país e no exterior) como uma área de conhecimento inserida nas Ciências da Saúde. Além de dilemas epistemológicos que visam discutir o lugar que ela ocupa no interior do campo científico, propomos algumas reflexões sobre quais razões governamentais, quer dizer, que tipo de racionalidade governamental está por trás dessa locação da Educação Física nessa grande área e não na grande área das Ciências Humanas, a qual, localizada na Educação, poderia ter uma inserção histórica e social mais significativa.

No caso do Brasil, mesmo que no site da CAPES encontremos a justificativa de agrupação das “áreas de conhecimento, em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos”, e para Colômbia através de COLCIENCIAS que estabelece uma classificação de “grupos (de pesquisa) de acordo com as grandes áreas de conhecimento definidas pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (em diante, OECD)” trata-se, antes de aceitar esses argumentos de ordem mais epistemológicos e nada consensuais no interior da Educação Física, interrogar essa inserção através de outra perspectiva, qual seja, a da governamentalidade segundo a concepção do filósofo Francês Michel Foucault (2008).

---

1 A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior-Brasil) desenvolve atividades de classificação das áreas de conhecimento no Brasil no intuito de avaliar programas de Pós graduação assim como a disponibilização de bolsas de estudo no país e internacionais no nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado, entre outras funções.

2 COLCIENCIAS (Departamento Administrativo de Ciência, Tecnologia e Innovación) é a entidade governamental encarregada da formulação de políticas científicas do estado Colombiano, assim como a disponibilização de bolsas de estudo no país e internacionais no nível de mestrado, entre outras funções.

## **A Governamentalidade como perspectiva analítica**

Entendemos esta noção como:

O conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma muito específica, porém muito complexa, de poder que tem por objetivo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (Martins, 2011, p. 112).

De um ponto de vista arqueológico e genealógico, a governamentalidade vem a representar “o processo pelo qual o Estado de justiça da idade média é conduzido ao Estado Jurídico e administrativo dos séculos XV e XVI até ao Estado de controle e segurança da população” (Martins, 2011, p. 113). Nessa passagem, fenômenos urbanos como a explosão demográfica, uma abundância monetária e o aumento da produção agrícola, configuraram o foco da mudança de um poder pastoral para uma ciência do estado. Foucault, interessado pela emergência do neoliberalismo na nossa modernidade, desenvolve uma analítica da governamentalidade, ao invés de uma teoria do governo.

Como análise do nosso presente, a governamentalidade é compreendida como o estudo orientado a interrogar sobre as condições particulares pelas quais diferentes práticas de governo e dispositivos heterogêneos emergem e se transformam, também olhando para o tipo de racionalidade específica mobilizada por cada um deles. Nesse sentido, o Colombiano Santiago Castro-Gómez (2010) afirma que a analítica da governamentalidade:

(...) pergunta-se sobre o surgimento histórico de um conjunto de práticas, racionalidades e tecnologias de governo e, depois, sobre a maneira pela qual essa multiplicidade é centralizada em um único aparelho, o estado moderno (p. 48)

Esse papel biopolítico ou biopoder, historicamente vem a representar um poder exercido sobre a vida, constituído por dois pólos: a) uma anatomo-política que agia sobre o corpo buscando maximizar suas forças produtivas para integrá-lo em sistemas eficientes do ponto de vista produtivo e, b) uma biopolítica que abrange as formas de conhecimento, regimes de autoridade e práticas de intervenção, necessários para exercer um controle regulador sobre a vitalidade humana da população (Rabinow; Rose, 2006).

Para Nikolas Rose (2012) sociólogo britânico continuador da perspectiva Foucaultiana, a governamentalidade pode ser analisada em termos de:

a) Uma racionalidade política que a partir de campos discursivos móveis o poder é conceituado, justificado moralmente e distribuído em tarefas entre os setores secular, espiritual, militar e familiar.

b) Um programa de governo, que expõe as obrigações e os problemas que os governantes têm que enfrentar. Esse programa é constituído pelo consenso dos planos elaborados por diferentes agentes como filósofos, economistas políticos, fisiocratas e filantropos, relatórios de governos, comitês de investigação entre outros.

c) Tecnologias de governo, consideradas como o conjunto de estratégias, técnicas e métodos que possibilitam a efetivação dos programas de governo e das racionalidades políticas.

Nesse contexto das mentalidades do governo, concebemos a Educação Física além dos limites do seu campo científico específico e, pelo contrário, tentamos apresentar como essa estratégia de localização na grande área da Saúde corresponde a uma estratégia de “governamentalidade biopolítica”, que a área vem a ser colocada como uma tecnologia voltada a orientar as práticas de gestão dos corpos e das populações, agindo conjuntamente com uma racionalidade política e programas de governo predominantes.

Nesse sentido, argumentamos que essa estratégia de inserção é estendida nesse campo com sua ampla inclusão no campo educacional, onde maximiza seu acesso aos corpos e as populações, encontrando-se investida do seu papel biopolítico governamental. Assim, não é casualidade o sucessivo reinvestimento de poder governamental sobre ela para refinar tal função a través da proposição de reformas, como a “Reforma do ensino médio” no contexto Brasileiro.

Diante dessa problematização fornecida pela analítica da governamentalidade, propomos discutir no presente estudo nossas hipóteses desde os seguintes níveis:

a) No campo científico, as políticas estabelecidas por instituições governamentais que compreendem a Educação Física, no caso da Colômbia, influenciadas pelas diretrizes emanadas pela OECD<sup>3</sup>, a situam na área das “Ciências do Esporte” e consecutivamente

---

3 A OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) é uma agrupação de 35 países, e que entre outras funções, estabelece cálculos e estatísticas no intuito de fixar padrões internacionais no interior de uma ampla gama de políticas públicas.

na grande área das “Ciências Médicas e da Saúde”, no intuito de classificar grupos de pesquisa em relação a padrões internacionais de visibilidade e impacto; e no caso de Brasil, estabelecendo uma finalidade eminentemente prática de sistematização e informação científica que orienta as instituições de ensino, pesquisa e inovação.

b) Na Educação Física Escolar, compreendida no interior da discursividade de uma série de reformas governamentais como a “Reforma do ensino médio” no Brasil.

### **A sociedade da segurança**

No presente trabalho consideramos que a analítica da governamentalidade constitui uma valiosa ferramenta para desenvolver um diagnóstico do nosso presente, que possibilita olhar mais de perto para um campo de racionalidades discursivas e estratégicas onde está em jogo muitas formas de captura e resistência. Nesse sentido, para Maurizio Lazzarato (2008) a sociedade da segurança emerge como cenário do atual neoliberalismo, que, mais do que representar um poder centralizado, constitui um conjunto heterogêneo de dispositivos que ativam, solicitam e fazem a sociedade agir.

Para o autor Italiano, as análises de Foucault contribuem para problematizar como nas sociedades modernas prevalecem os dispositivos de segurança, que organizam, usam e aperfeiçoam os antigos dispositivos de soberania e disciplina. Por meio de novas técnicas e novos conhecimentos como a estatística, é desenvolvida uma cartografia diferencial da normalidade, calculando o risco de possíveis eventos como a saúde, a educação, a demografia, o sistema de previdência entre outros problemas biopolíticos, que são sempre aleatórios e temporários. Desta forma, são reguladas as condições daquilo que está acontecendo a cada momento, tendo em vista que pertencem a uma estrutura polivalente e transformável. Nesse viés, o autor compara as noções de disciplina e segurança da seguinte forma:

<b>Disciplina</b>	<b>Segurança</b>
Fecha, estabelece limites e fronteiras	Garante e se encarrega da circulação
Impede	Permite fazer, incita
Limita a liberdade	Fabricante, produtor de liberdade
Centrípeto	Centrífuga, integra novos elementos na arte de governar

Distribui os elementos de um código, um modelo, um padrão que determina o que é permitido, o que é proibido, o que é normal e o que é anormal	Gestão diferencial de normalidades e riscos, que não considera bom ou ruim, mas fenômenos naturais e espontâneos.
---	---

Figura 1. Paralelo entre disciplina e segurança estabelecido por Lazaratto (2008)

Assim, no que tange a saúde, local da inserção da Educação Física como área de conhecimento no interior das agencias de fomento, a sociedade de segurança gerencia a vida dos indivíduos por meio de um complexo de estratégias políticas e saberes. Para o Brasileiro Alex Braga (2006) a noção de “risco” atua como sinalizador das condutas que podem ser aceitáveis ou não, considerando-as como mais ou menos perigosas ou mais ou menos seguras. Nesse sentido, dissemina através de um exercício informacional os chamados “estilos de vida saudáveis” através da constituição bioestatística de perfis de risco em relação a diferentes esferas da vida privada<sup>4</sup>.

Para o autor, o exercício de poder assume uma nova configuração “econômico-sanitária” que situa o risco como elemento de regulação das escolas saudáveis, assim como uma educação para o consumo desses estilos. Diante disso, a governamentalidade articula o modo como somos governados no interior dessa heterogeneidade, bem como cada um de nós se governa em relação a um mercado globalizado no qual a saúde assume um significado central na vida dos indivíduos. A responsabilidade é agora do indivíduo, pois ele terá que viver uma vida mais “responsável”.

Diante disso, compreendemos que a governamentalidade neoliberal produz “liberdades”, investindo nos indivíduos e no conjunto da população. Para Nikolas Rose (2012), o governo do presente não objetiva a imposição de restrições, mas pelo contrário, conduzir as condutas dos indivíduos e inventar cidadãos que suportem uma liberdade controlada através de uma relativa autonomia.

### **Educação, Educação Física e a discursividade internacional da O.E.C.D**

Como acontece no campo da saúde, uma das instituições encarregadas pela produção de indivíduos que saibam decidir é a escola moderna. Nesse sentido, o sociólogo Frances

---

4 Para Braga os perfis de risco incluem atividades físicas, alimentação, peso corporal, relações sexuais, álcool, fumo, drogas, níveis de colesterol, pressão arterial, exposição ao sol entre outros aspectos da vida privada.

Christian Laval (2004) desenvolve uma interessante análise entorno da lógica de funcionamento do neoliberalismo no interior do aparelho educativo. Assim, questiona como é imposta uma nova ordem escolar através de discursos contidos em reformas políticas e documentos de organizações internacionais e agências econômicas globais como a Organização Mundial do Comercio (OMC), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), o Banco Mundial, entre outras, configurando o que o autor denomina como as novas “indústrias do saber”: a escola neoliberal e a “universidade-empresa”. Para Laval, ao invés de uma crise da educação, vem emergindo desde a década dos 70 um projeto político-educativo submetido às mutações próprias das sociedades de mercado e da nova organização do trabalho.

Nesse cenário, a escola neoliberal é a instituição encarregada pela disseminação de pedagogias voltadas a produção de um trabalhador flexível, responsabilizado pela sua própria formação e capacitação técnica ao longo da vida. Objetiva-se através de diversas estratégias de individualização e valores como a autodisciplina e o “auto-aprendizado” a constituição de sujeitos que apropriem os modos de conduta eficazes e as competências necessárias para a adaptação permanente as transformações econômicas e as necessidades flutuantes do mercado. Por sua vez, a Universidade-empresa navega no interior de uma sociedade de risco e incerteza, de assalto ao caráter público<sup>5</sup> que impõe o valor mercantil do conhecimento ao seu escopo de verdade (Laval, 2004).

Assim, observamos alguns traços específicos dessa racionalidade gerencialista. Por exemplo, A OECD, empregando uma estatística como saber, promove a implementação das Provas Pisa (ciência, matemática, leitura, resolução colaborativa de problemas e alfabetização financeira, que auxilia os indivíduos em tomadas de decisões mais assertivas e eficientes no contexto monetário de suas vidas) Ali se pode observar que países como Chile, Uruguay e Costa Rica obtêm as melhores pontuações, enquanto Colômbia e Brasil ocupam os últimos lugares. Recém, essas estatísticas parecem tornar-se uma das razões para promover a reforma do ensino médio no Brasil, que esta na ordem da racionalidade neoliberal que conduz por sua vez outras reformas como a trabalhista e

---

5 No abril de 2019, o atual ministro de educação, Abraham Weintraub, anunciou que o governo Bolsonaro estudaria “descentralizar investimentos em faculdades de filosofia e sociologia (humanas)”, no intuito de priorizar áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte. A declaração foi acompanhada pela mídia.

da previdência. Esse contexto de sucessivas reformas representa além, um sintoma de um país que recentemente vem sofrendo lutas políticas que levaram, por exemplo, ao recente golpe parlamentar para a Presidente Dilma Rousseff.

Recentemente, as críticas ao modelo OECD feitas por educadores tem sido respondidas por Andreas Schleicher, diretor educativo e idealizador das provas PISA, da seguinte forma:

“Precisamos pensar em um **aprendizado ao longo da vida**, que garanta que as pessoas tenham mais controle sobre o que querem aprender, como e onde. No momento, a idéia preponderante (no Brasil) é que temos que ter um bom diploma de ensino médio, depois um bom diploma universitário e, então, eu paro de aprender. Esse não é o modelo do século 21. O Brasil deve oferecer a todos uma oportunidade de continuar sua formação educacional. Isso deve ser universal, mas isso não significa que a universidade deva ser o único caminho” (Schleicher, 2018, p. 1).

Esse “aprendizado ao longo da vida” determina a responsabilidade do próprio indivíduo pela sua educação. Assim, ele necessita investir para se adaptar as constantes mudanças no mundo do trabalho. A educação como investimento determina seu futuro e fornece as ferramentas necessárias para se constituir em um empreendedor e assim competir eficazmente contra os outros.

### **Brasil. O papel do fórum de pós-graduação como resistência acadêmica- política**

Nessa interface entre saúde e educação, é situada a inserção da Educação Física, assumindo-se como tecnologia política dos corpos e muito necessária para conduzir as condutas dos indivíduos, cada vez mais “saudáveis” e “empreendedores” de si mesmos.

Não obstante, a governamentalidade não representa uma atividade sem possibilidade de resistência. Por exemplo, destacamos no Brasil estratégias desenvolvidas por grupos que militam entorno dessa racionalidade predominante, como o movimento social-político e científico “Fórum de pesquisadores da Subárea Sociocultural e pedagógica da Educação Física” que tem contato permanente com a coordenação da denominada “área 21” da CAPES, e que atua em conjunto com o Colégio Brasileiro de Ciências de Esporte (CBCE) e vários Programas de Pós-Graduação da Educação Física brasileira. Essas estratégias permitem mapear os embates, avanços e descompassos constituídos ao redor dos seguintes aspectos conjunturais:



a) No sistema público de fomento à pesquisa e ensino de qualidade a iniquidade promovida pela lógica de avaliação do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) e a conseqüente desintegração da Educação Física na área 21. Assim, observa-se a valorização de determinadas abordagens teórico-metodológicas, de cunho biologicista. Diante disso, o fórum propõe que a avaliação em relação à produção de conhecimento na área não seja simplesmente um fim, e sim um meio que veicule outros valores de cooperação acadêmica entre as diferentes subáreas (biodinâmica, sócio-cultural e pedagógica) e uma construção de indicadores para adequar os critérios as características específicas de cada área, sem prejuízo do rigor:

O caminho pela frente é longo e tortuoso não só pelo cenário já mencionado, mas pela necessidade de todas as subáreas, biodinâmica, sociocultural e pedagógica, colocarem suas diferenças em perspectiva e investir no que as aproxima. Daí advém a leitura do Fórum ao chamar a atenção para a interdisciplinaridade. Interdisciplinaridade que não se faz por decreto, ela exige, antes, uma disposição, uma atitude para ouvir, para saber se fazer ouvido, para partilhar olhares que são iguais na diferença. O diálogo é uma das palavras chave nesse momento. Nesse sentido o Fórum deu um passo importante, pois contou com a participação da Coordenação da Área 21 representada pela Coordenadora Adjunta da área, Profa. Dra. Cláudia Forjaz. Ela apresentou os encaminhamentos que a Comissão tem pensado para aprimorar o sistema avaliativo, assistiu todas as apresentações e participou dos debates. Entendemos que a coordenação se predispôs a abrir um canal importante para receber nossas demandas e estar sensível as mesmas. (Cbce, 2018, p. 2).

### **Conclusões preliminares**

O caminho pela frente permite vislumbrar a necessidade de continuar na análise desse nosso presente, que permita situar essa governamentalidade neoliberal historicamente, nas diferentes nuances das reformas governamentais, da produção de conhecimento e da efetivação discursiva nas escolas, nesses dois países latino-americanos nomeados no presente trabalho. Para tanto, entrevistas estão sendo realizadas com professores pertencentes ao fórum, não só para refletir no interior do contexto Universitário, mas também para ampliar as reflexões entorno do atual momento que atinge a educação Brasileira.

Esse momento histórico que vivemos hoje nos exige também compromissos éticos e políticos que desafiem a racionalidade dominante que impõe as regras do jogo. Nesse sentido perguntamos: há possíveis germes para experiências de contestação dessas formas de governo das condutas implícitas na Educação Física? Existem outras possibilidades

para além da ética individualista/biologista propagada pelas políticas científicas e avaliativas? Se a atual formação objetiva programar as formas de agir, sentir, pensar e de situar-se diante de si mesmos, como poderemos construir outros modos de vida alternativos?

Como indica o professor Brasileiro Alfredo Veiga-Neto (2000) não se trata de retomar os velhos ideais iluministas da Educação. Mais do que pensar no anseio de constituir um professor como agente crítico no atual contexto, trata-se de aprofundar nas possíveis brechas que essa racionalidade oferece. A este respeito, Miller e Rose (2012) afirmam que governar é uma operação visceralmente falha devido à multiplicidade de programas e tecnologias que podem entrar em rivalidade e conflito. Também, por que, num complexo de redes governamentais, entidades e agentes não são fieis mensageiros da racionalidade neoliberal vigente.

Parece-nos que as lutas levadas a frente pelas Universidades e coletivos são muito importantes, pois concentram amplos setores acadêmicos representados por programas de pós-graduação, coordenadores e pesquisadores, no intuito de consolidar um debate necessário. Porém, essa luta tem que ser fortalecida no interior dos próprios cursos e programas de formação, e levado a sério com e para os alunos. Para além de congressos e outros eventos de intercâmbio acadêmico, poderíamos pensar em outros dispositivos que configurassem cenários de compartilhamento, troca e contato mais próximo entre estudantes e professores. Trata-se então de constituir alternativas no intuito de subverter a lógica individualista que é facilmente percebida na cotidianidade acadêmica.

### **Referencias Bibliográficas**

- Braga, A. (2006). Exercício da informação. Governo dos corpos no mercado da vida ativa. Porto Alegre: Autores associados.
- Castro-Gómez, S. (2010) *Historia de la gubernamentalidad. Razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores / Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.
- Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (2018) Carta de Porto Alegre. Fórum de pesquisadores das subáreas sociocultural e pedagógica da Educação Física. Universidade Federal de Rio Grande do Sul.
- Laval, C (2004) A escola não é uma empresa. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta.

- Lazzarato, M (2008) Biopolítica/Bioeconomía. Poder, Normalización e Violência. Incursões foucaultianas. Belo Horizonte: Autêntica. 41-62
- Martins, C. (2011) Governo dos corpos e da população: biopolítica e governamentalidade. *REU - Revista de Estudos Universitários*, 37(2), 101-113.
- Rabinow, P. Rose, N. (2006). O concepto de biopoder hoje. *Revista de Ciências Sociais*, 24, 27-57.
- Rose, N. (2012). Poder político além do estado. Problemáticas de governo. In: Rose, Nikolas. Governando o presente. São Paulo: Paulus. 60-104.
- Schleicher, A. (2018). Brasil não precisa ficar rico para dar salto de qualidade na educação, diz diretor da OCDE. Entrevista a Andreas Schleicher. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45657049>.
- Veiga-Neto, A. (2000). Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: V. Portocarrero y G. Castelo Branco (org.). Retratos de Foucault, Río de Janeiro: NAU. 179-217